STJ00098873

PAULO DE BARROS CARVALHO

Professor Titular de Direito Tributário da PUCSP e da USP.

Curso de Direito Tributário

26ª edição

2014

100 ANOS

Saraiva

STJ00098873

Editora Saraiva

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909
PABX: (11) 3613 3000
SAC: 0800 011 7875
De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Diretor editorial *Luiz Roberto Curia*
Gerente editorial *Thaís de Camargo Rodrigues*
Editor *Henderson Fürst*
Assistente editorial *Deborah Caetano de Freitas Viadana*
Produtora editorial *Clarissa Boraschi Maria*
Preparação de originais *Ana Cristina Garcia*
Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bresson
Bianca Miyuki Nakazato
Arte e diagramação *Isabel Gomes Cruz*
Revisão de provas *Amélia Kassis Ward*
Rita de Cassia S. Pereira
Willians Calazans de Vasconcelos de Melo
Serviços editoriais *Camila Artioli Loureiro*
Elaine Cristina da Silva
Capa *Muiraquitã Editoração Gráfica*
Produção gráfica *Marli Rampim*
Impressão *Prol Editora Gráfica*
Acabamento *Prol Editora Gráfica*

ISBN 978-85-02-21508-5

Carvalho, Paulo de Barros
Curso de direito tributário / Paulo de Barros Carvalho – 26. ed. – São Paulo : Saraiva, 2014.

1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil 3. Direito tributário - Legislação - Brasil. Título.

CDU-34:336.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito tributário 34:336.2

Data de fechamento da edição: 1º-7-2014

Dúvidas?
Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

103.391.026.001 963539

1008661

Sumário

Plano da Obra 7
Prefácio à 26ª Edição 9
Prefácio à 25ª Edição 11
Prefácio à 14ª Edição 13
Prefácio à 13ª Edição 15
Prefácio à 7ªEdição 17
Prefácio à 4ª Edição 19
Introdução 21

Capítulo I

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito positivo e Ciência do Direito 33
2. A linguagem do legislador e a linguagem do jurista 35
3. Texto de direito positivo e norma jurídica 38
4. Sistemas jurídicos — sistema do direito posto e sistema da Ciência do Direito 40
5. O conjunto das normas válidas como objeto da Ciência do Direito 41
6. Conceito e definição de Direito Tributário positivo e de Ciência do Direito Tributário — o falso problema da autonomia 42
7. Outras denominações da disciplina 45

Capítulo II

TRIBUTO

1. Acepções do vocábulo "tributo" 47

2. A definição do art. 3º do Código Tributário Nacional 51
3. Tipologia tributária no Brasil — o critério constitucional para a determinação da natureza do tributo 53
4. O art. 4º do Código Tributário Nacional — denominação e destino do produto da arrecadação 55
5. Empréstimo compulsório 56
6. O imposto como tributo não vinculado à atuação do Estado 59
7. Taxas cobradas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício regular do poder de polícia 62
8. Contribuição de melhoria 63
9. Das contribuições 65

Capítulo III

FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Fontes do direito 69
2. Fontes do direito positivo e fontes da Ciência do Direito 75
3. A doutrina 76
4. Instrumentos introdutórios de normas tributárias no Direito brasileiro — instrumentos primários e secundários 76
5. Instrumentos primários 78
6. Instrumentos secundários 91
7. O conceito de legislação tributária para o Código Tributário Nacional 92

Capítulo IV

VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. O problema da existência, da validade e da eficácia das normas jurídicas 95
2. A questão da vigência 98
3. A vigência das normas tributárias no tempo 99
4. A vigência das normas tributárias no espaço 101
5. Vigência e aplicação das normas jurídicas 101

STJ00098873

6. Aplicação das normas tributárias 103
7. A aplicação das normas tributárias e a retroatividade 105
8. Métodos de interpretação do direito — a interpretação sistemática... 106
9. A interpretação do direito como um sistema de linguagem 109
10. O tema da interpretação na disciplina do Código Tributário Nacional 111
11. O percurso da construção de sentido — modelo de interpretação que pode ser aplicado ao direito tributário a partir da análise do discurso 117
12. A interpretação do direito e os limites da interdisciplinaridade... 136

Capítulo V

SISTEMA E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

1. Noção de sistema 139
2. Classificação dos sistemas 141
3. Sistema jurídico — dois corpos de linguagem 143
4. Direito positivo: ordenamento ou sistema? 146
5. Realidades sociais intrassistêmicas e a teoria autopoiética do direito 148
6. A impossibilidade de traduções perfeitas entre os idiomas da mesma família e a conversação que entre eles se estabelece, segundo a concepção de Vilém Flusser 151
7. Regras de comportamento e regras de estrutura 152
8. Sistema constitucional brasileiro 154
9. O subsistema constitucional tributário 155
10. Princípios constitucionais gerais 156
11. Princípios constitucionais tributários 168

Capítulo VI

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

1. A noção corrente de imunidade tributária — avaliação crítica 179
2. Conceito e definição do instituto — sua natureza jurídica 190
3. Paralelo entre imunidade e isenção 192

STJ00098873

4. A imunidade recíproca 193
5. A imunidade dos templos de qualquer culto 194
6. A imunidade dos partidos políticos e das instituições educacionais ou assistenciais 195
7. A imunidade do livro, dos periódicos e do papel destinado à sua impressão 196
8. A imunidade das produções, fonogramas e videofonogramas musicais 197
9. Outras hipóteses de imunidade 197
10. Imunidades de taxas e de contribuições 199

Capítulo VII

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

1. A Lei n. 5.172/66, em face da Constituição de 1988 201
2. Normas gerais de Direito Tributário na estrutura do Código Tributário Nacional 202
3. Breve escorço histórico e as duas mais importantes interpretações do art. 18, § 1º, da Carta de 1967 204
4. A previsão do art. 146 da Constituição vigente 208
5. O tema da hierarquia da lei complementar 210
6. Hierarquia formal e hierarquia material 212
7. Exegese sistemática e compreensão do alcance das normas gerais de Direito Tributário 213
8. Conclusões 215

Capítulo VIII

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. Competência tributária e capacidade tributária ativa 217
2. Sobre as características da competência tributária 220
3. Competência residual e extraordinária 226
4. Considerações a respeito da competência como objeto de disciplina do Código Tributário Nacional 229
5. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade 233

6. Exercício da competência — a edição das normas tributárias 236
7. Normas tributárias em sentido amplo e em acepção estrita 237
8. A regra-matriz de incidência — sua estrutura lógica — hipótese e consequência 239

Capítulo IX

A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA. HIPÓTESE TRIBUTÁRIA E FATO JURÍDICO TRIBUTÁRIO

1. Delimitação do conteúdo de "fato puro", "fato contábil" e "fato jurídico" 243
2. O caráter exclusivamente jurídico do chamado "fato gerador" 250
   2.1. A respeito da doutrina que recomenda a preferência do conteúdo à forma 251
3. A expressão equívoca "fato gerador" 254
4. Hipótese tributária e fato jurídico tributário 255
5. A subsunção do fato à norma e a fenomenologia da incidência 256
6. Hipótese — sua integridade conceptual — fatos jurídicos tributários simples e complexos 259
7. Os critérios da hipótese: material, espacial e temporal 261
8. Crítica à classificação dos fatos geradores em função do momento de sua ocorrência 271
9. O fato gerador segundo as prescrições do Código Tributário Nacional 274

Capítulo X

A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA. O CONSEQUENTE DA NORMA E AS RELAÇÕES JURÍDICAS TRIBUTÁRIAS

1. A consequência ou "prescritor" da norma tributária — seus critérios 283
2. Relação jurídica e relações jurídicas tributárias 284
3. A obrigação tributária e os deveres instrumentais ou formais 288
4. A obrigação tributária no Código Tributário Nacional 291
5. Critério pessoal — os sujeitos da relação — sujeito ativo 295
6. Critério pessoal — os sujeitos da relação — sujeito passivo 298
7. Sujeito passivo e domicílio tributário 300

8. Sujeito passivo e capacidade tributária passiva — capacidade para realizar o fato jurídico tributário e capacidade para ser sujeito passivo de obrigações tributárias 302
9. Sujeito passivo e solidariedade 308
10. Sujeito passivo e responsabilidade tributária 311
11. O critério quantitativo — a definição da dívida tributária 316
12. A base de cálculo na Teoria Geral do Direito Tributário 318
13. A alíquota 327

Capítulo XI
SÍNTESE DA REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA

1. Visão da regra-matriz de incidência na sua integridade constitutiva .. 331
2. Esquema lógico de representação formal — explicação dos símbolos... 333
3. A função operativa e prática do esquema da regra-matriz de incidência — exemplos de aplicação no direito positivo brasileiro 335

Capítulo XII
CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO

1. Enunciados e objetos da experiência — "fato" como enunciado protocolar — a constituição jurídica do "fato" 342
2. O evento previsto em norma e a chamada "relação jurídica efectual"... 346
3. O fato jurídico tributário e seu efeito peculiar: instaurar o vínculo obrigacional 348
4. A natureza do crédito tributário — crédito e obrigação 349
5. O crédito tributário no Código Tributário Nacional 350
6. Sobre a norma individual e concreta que documenta a incidência .. 352
7. Os sujeitos credenciados a emitir a norma individual e concreta relativa à percussão tributária 354
8. Lançamento tributário — o problema semântico 355
9. Demarcação conceptual do vocábulo "lançamento" 359
10. Lançamento tributário: norma, procedimento e ato 366
11. Lançamento e a teoria dos atos administrativos 369

12. Definição de lançamento tributário 370
13. As cláusulas da definição satisfazendo a estrutura do ato 378
14. A norma jurídica do ato de lançamento e a norma que figura como seu conteúdo 380
15. O velho problema da natureza declaratória ou constitutiva do lançamento tributário 381
16. Sobre o conteúdo do ato de lançamento 385
17. Os atributos do ato jurídico administrativo de lançamento 386
18. Lançamento provisório e definitivo 387
19. Lançamento e auto de infração 389
20. Do erro de fato e do erro de direito no lançamento tributário 391
21. Alterabilidade do lançamento no direito positivo brasileiro 393
22. Modalidades de lançamento — crítica 398
23. Aspectos do lançamento no Código Tributário Nacional 399
24. A norma jurídico-tributária, individual e concreta produzida pelo sujeito passivo 403
25. A linguagem produtora da norma individual e concreta e o momento em que ingressa no sistema positivo 406

Capítulo XIII

SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. A suspensão é da exigibilidade e não do crédito 407
2. As hipóteses do art. 151 da Lei n. 5.172/66 408
3. O instituto da moratória e sua disciplina jurídico-tributária 409
4. O depósito do montante integral do crédito 412
5. As impugnações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do procedimento administrativo tributário 413
6. A concessão de medida liminar em mandado de segurança 414
7. A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial 415
8. O parcelamento 415

STJ00098873

Capítulo XIV

EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Possibilidades teóricas de extinção das relações jurídicas 417
2. A extinção do crédito é concomitante ao desaparecimento do vínculo obrigacional 419
3. Causas extintivas no Código Tributário Nacional 419
4. Pagamento e pagamento indevido 420
5. Compensação 426
6. Transação 428
7. Remissão 428
8. Decadência 429
9. Prescrição 434
10. Conversão de depósito em renda 437
11. O pagamento antecipado e a homologação do lançamento 438
12. A consignação em pagamento 439
13. A decisão administrativa irreformável 440
14. A decisão judicial passada em julgado 441
15. A dação em pagamento em bens imóveis na forma e condições estabelecidas em lei 442

Capítulo XV

"EXCLUSÃO DO CRÉDITO" TRIBUTÁRIO

1. O significado da "exclusão do crédito" e as causas excludentes previstas no Código Tributário Nacional 443
2. Crítica às teorias sobre a isenção 445
3. Fenomenologia das isenções tributárias 449
4. As regras jurídicas sobre isenção no Código Tributário Nacional .. 455
5. Conceito jurídico de anistia fiscal 458
6. As prescrições do Código Tributário Nacional sobre anistia 459
7. Considerações finais 460

Capítulo XVI
INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Direito e coatividade 463
2. Sanção — acepções da palavra 464
3. Algumas palavras sobre a norma secundária 465
4. A estrutura lógica da regra sancionatória — infração e sanção 469
5. A infração como hipótese normativa da regra sancionatória — seu núcleo constante 470
6. Os crimes fiscais como hipótese normativa da regra sancionatória... 471
7. Espécies de infrações tributárias 471
8. As figuras do "abuso de direito" e da "fraude à lei" no ordenamento jurídico tributário brasileiro 476
9. As infrações no Código Tributário Nacional 479
10. A sanção como consequente normativo 486
11. Espécies de sanções tributárias 488
12. Os excessos sancionatórios 497
13. Responsabilidade dos sucessores 499
14. Responsabilidade de terceiros 502
15. Responsabilidade por infrações 504
16. Tipicidade, vinculabilidade da tributação e denúncia espontânea... 505

Capítulo XVII
GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. Garantias do crédito tributário 511
2. Garantias no CTN e outras garantias expressamente previstas em lei.. 511
3. Bens que respondem pelo pagamento do crédito tributário 516
4. Presunção de fraude na alienação de bens 519
5. Os privilégios do crédito tributário 521
6. O crédito tributário nos processos de falência do devedor 522
7. O crédito tributário nos processos de inventário, de arrolamento e na liquidação das pessoas jurídicas 524
8. Necessidade de quitação 524

STJ00098873

Capítulo XVIII
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. A atividade de administração tributária em face da lei 527
2. A fiscalização do cumprimento das prestações tributárias 528
3. O dever de sigilo e o auxílio de força pública 532
4. Dívida ativa 534
5. Certidões negativas 536

Bibliografia 541